

Empresários temem o aumento dos impostos

Em debate na Comissão de Justiça, representantes das entidades empresariais são unânimes em condenar a possibilidade de crescimento da carga tributária embutida na proposta de reforma. Para hoje, está prevista audiência com os governadores



Célio Azeredo



José Cruz

RISCO O empresário Jorge Gerdau criticou o texto em tramitação. O senador Edison Lobão presidiu a audiência da CCJ, que mobilizou os senadores na sexta-feira

As principais críticas à proposta de reforma tributária

Força Sindical quer alimentos básicos mais baratos

PEC da Previdência chega ao Plenário na quarta-feira

Páginas 4 e 5

CPI do Banestado cobra a lista das remessas ilegais

A comissão requisitou a perito da Polícia Federal que entregue a lista com mil nomes de políticos e servidores que teriam remetido ilegalmente dólares ao exterior.

Página 3

CCJ aprova criação de mais 269 Varas da Justiça do Trabalho

Aprovado pela CCJ, projeto oriundo da Câmara recebeu parecer favorável da senadora Ana Júlia Carepa. Está prevista a criação das primeiras 24 novas unidades no próximo ano; 38 em 2005; e, nos três anos seguintes, mais 69 Varas de Justiça Trabalhista a cada 12 meses.

Página 3

Gerardo Magela



Cidadania traz os direitos das crianças

Página 8



CONGRESSO NACIONAL
180 ANOS

Presidente da OAB agradece apoio do Senado

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Rubens Approbato Machado, cumprimentou o presidente do Senado, José Sarney, e o diretor-geral da Casa, Agaciel Maia, pelo empenho na conclusão do Museu Histórico da OAB, inaugurado no dia 15 de setembro.

– Para que se chegasse à inauguração de tão grandioso museu, o Conselho Federal da OAB contou com decisiva colaboração do Senado Federal, seja por parte de seus dirigentes, seja por meio da dedicada e competente ajuda de muitos servidores dessa prestigiosa Casa – afirmou Approbato.

Efraim faz homenagem a Josué de Castro

Os 30 anos da morte do médico e pensador pernambucano Josué de Castro foram lembrados pelo senador Efraim

Morais (PFL-PB), que destacou o papel do homenageado na Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO).

Efraim disse que a projeção de Josué de Castro elevou-o à condição de embaixador

brasileiro na ONU, onde exerceu liderança na formação do consenso sobre a proscricção de armas nucleares na América Latina e sobre o uso da energia nuclear para fins pacíficos.

Roosevelt Pinheiro



Efraim lembrou atuação de Josué de Castro na FAO

Agenda

Plenário analisa projeto de apoio à distribuição de energia

A sessão de hoje, marcada para as 14h30, será não deliberativa, não havendo votação de matérias, apenas o pronunciamento dos parlamentares. Amanhã, a prioridade do Plenário será o exame de

projeto de conversão que tranca a pauta de votações. A matéria cria programa de apoio a concessionárias de serviços de distribuição de energia elétrica (PLV nº 24/03).

Governadores discutem reforma tributária na CCJ

A partir das 14h30, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador Edison Lobão (PFL-MA), realiza audiência pública para tratar da proposta de reforma tributária (PEC nº 74/03). Foram convidados para o debate todos os governadores. Amanhã o colegiado discute a proposta com representantes dos municípios e especialistas em direito tributário.



Agnelo Queiroz fala à Comissão de Educação



Para examinar o impacto da reforma tributária no esporte, a Comissão de Educação (CE), presidida por Osmar Dias (PDT-PR), tem audiência amanhã, às 10h, com o ministro do Esporte,

Agnelo Queiroz (foto). Esse será o quinto debate promovido pelo colegiado, que tem discutido a proposta com representantes da área de educação, cultura e esporte.

Empréstimo do BNDES à prefeitura de São Paulo

Amanhã, a partir das 10h, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vota, entre outros itens, ofício da prefeitura de São Paulo autorizando o município a tomar

empréstimo no BNDES para realizar a 2ª etapa do Programa de Implantação do Sistema Integrado de Transporte Urbano de Passageiros. A comissão

analisa ainda projeto de Magno Malta (PL-ES) que cria o Fundo Nacional de Segurança Pública, para possibilitar o repasse de recursos ao setor (PLS nº 310/03).

Audiência na Subcomissão da Amazônia

A Subcomissão Permanente da Amazônia promove amanhã, às 10h, audiência pública com o ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes. Na pauta, o Programa Amazônia Sustentável e o Plano Plurianual de Investimentos (PPA) de 2004-2007 para a região Amazônica. João Capiberibe (PSB-AP) e Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) são os autores do requerimento que solicitou a reunião.



Orçamento para a saúde

Na quarta-feira, às 10h, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) promove audiência com o deputado Rafael Guerra, presidente da Frente Parlamentar da Saúde, sobre desvinculação de receitas, proposta na reforma tributária; a inclusão do Fundo de Erradicação da Pobreza no Orçamento de 2004; entre outros assuntos.

Indicações para embaixadas

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) reúne-se na quinta-feira, às 10h, para analisar a indicação de Sérgio Barcellos Telles e Carlos Alberto Simas Magalhães para exercerem, respectivamente, os cargos de embaixadores do Brasil junto à República da Tunísia e ao Reino do Marrocos.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Néelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



Waldemir Rodrigues

BRAILE No estande do Senado, José Jorge destacou obras voltadas a deficientes visuais

José Jorge visita bienal do livro de Pernambuco

O senador José Jorge (PFL-PE) visitou, na sexta-feira, o estande do Senado na 4ª Bienal Internacional do Livro de Pernambuco. Acompanhado de sua esposa, Maria do Socorro Guimarães de Vasconcelos Lima, José Jorge foi ver os lançamentos impressos em braile e em tinta. Em seguida, o senador deu entrevistas ao *Jornal do Commercio* e à *Folha de Pernambuco*.

Para o parlamentar, a presença do Senado em feiras de livros é de suma importância, por levar à população publicações históricas e culturais e, ainda, as que tratam da conjuntura do país. Ele também destacou as publicações em braile, que a cada feira são doadas a instituições de assistência para portadores de deficiência visual.

José Jorge afirmou que essas obras vêm suprir uma lacuna, uma vez que as editoras privadas não se interessam em editar os livros de cunho histórico e cultural pelo pequeno potencial de vendas, e nem editam publicações em braile, cujo custo é muito alto.

O parlamentar lembrou ter sido relator do projeto de lei que institui a política nacional do livro, de autoria do presidente do Senado, José Sarney. A matéria, ressaltou, cria incentivos para publicações em braile no país.

Comunicação

Nas feiras de livros, acrescentou, a população toma conhecimento de outros meios de comunicação do Senado Federal, como a TV Senado, a Rádio Senado e o endereço da Casa na Internet. Para José Jorge, no passado eram frequentes as notícias de que os senadores não trabalham. Isso, salientou, não ocorre mais, uma vez que todos testemunham diariamente o trabalho dos parlamentares.

Projeto de Zambiasi beneficia doentes renais

Projeto de iniciativa do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) assegura a dedução, no Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, das despesas com salários e encargos sociais de empregados que tenham sido submetidos a transplantes renais ou sejam portadores de insuficiência renal

crônica. A matéria tramita em caráter terminativo na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

De acordo com a proposta (PLS nº 406/03), aquelas despesas poderão ser deduzidas em dobro desde que o empregador esteja, no momento da contratação, adimplente junto ao Instituto Nacional do Seguro Social

(INSS) e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). As empresas também teriam preferência na obtenção de recursos no âmbito dos programas executados pelos estabelecimentos federais de crédito, especialmente o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Banco do Brasil.

Sérgio Zambiasi argumenta, na justificativa do projeto de sua autoria, que embora as pessoas naquela condição não sejam consideradas portadoras de deficiência, "é inegável que se tratam de portadoras de necessidades especiais, sendo dever do Estado protegê-las e ampará-las".

Roosevelt Pinheiro



ESTÍMULO Zambiasi propõe incentivo para contrato de trabalho com dedução no IR

CPI do Banestado cobra suposta lista de corruptos

■ Comissão pede que perito envie nomes e CPFs de políticos e servidores que teriam feito remessas ilegais

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Banestado requisitou ao perito da Polícia Federal Renato Barbosa a entrega de lista com cerca de mil nomes de políticos e servidores que teriam remetido recursos ilegalmente para o exterior. O presidente da CPI, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), espera que a relação de nomes venha acompanhada de elementos como CPF ou endereço que permitam à comissão identificar e investigar os acusados.

A decisão da CPI atendeu a uma sugestão do procurador da República Luiz Francisco de Souza, que remeteu ofício ao senador Antero informando a

existência dessa relação de cerca de mil nomes de políticos e de servidores públicos envolvidos com a evasão de divisas.

Quando prestaram depoimento à CPI do Banestado, no dia 30 de julho, o procurador e o perito disseram possuir uma lista de 400 políticos que teriam remetido ilegalmente recursos para o exterior por meio de contas CC-5. Na ocasião, a comissão de inquérito realizou uma sessão reservada para que Luiz Francisco apresentasse a relação. Ele frustrou os deputados e senadores, mostrando uma relação de nomes sem o CPF nem endereço, com vários homônimos, o que impossibilitou a identificação dos culpados.

O presidente da CPI observou que as denúncias sem fundamento feitas pelo procurador Luiz Francisco prejudicam as investigações e dão à opinião pública a falsa impressão de



José Cruz

INVESTIGAÇÃO Antero espera que seja possível identificar os acusados

que os parlamentares estariam protegendo corruptos.

– Espero que desta vez o perito Renato nos forneça uma relação mais consistente, com elementos que permitam identificar os políticos que, segundo o procurador Luiz Francisco, se beneficiaram da remessa ilegal de divisas. Isso fará bem para o país e para a CPI – declarou Antero Paes de Barros.

Papaléo apóia programa espacial

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) ressaltou a importância do Programa Espacial Brasileiro e defendeu sua continuidade, apesar do contingenciamento de verbas e das perdas ocorridas no acidente de Alcântara (MA), que vitimou 21 cientistas e técnicos em agosto. Para ele, os projetos desenvolvidos devem ser mais bem divulgados pela mídia.

– A verdade é que, por muitos anos, o Programa Espacial Brasileiro vem sendo executado, em face da mingua dos recursos, por profissionais abnegados, sob o silêncio dos meios de comunicação, aos quais não parece interessar a questão do desenvolvimento tecnológico autônomo do país – disse.

Embora não tenha cumprido o objetivo inicial de autonomia na construção de satélites e lançadores, a experiência brasileira, conforme o senador, alcançou realizações de destaque, como o desenvolvimento do veículo lançador e do satélite de coletas de dados.

Apesar dos avanços, o senador lamenta que as tecnologias desenvolvidas ainda tenham pouca repercussão na indústria e no comércio no país. Segundo informou, a comercialização de produtos relacionados à pesquisa espacial é uma das atividades mais lucrativas nos países ricos, como é o caso dos aparelhos celulares.



Roosevelt Pinheiro

PREJÚZO Tecnologias desenvolvidas no país têm pouca repercussão, diz Papaléo



Waldemir Rodrigues

QUESTÃO DE JUSTIÇA Tourinho afirma que objetivo da medida é amenizar discriminações

Tourinho quer ampliar vaga para deficiente

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) pediu sexta-feira, em Plenário, apoio para projeto de sua autoria que destina aos portadores de necessidades especiais 20% das vagas em concursos públicos para órgãos federais.

Ele explicou que a cota fixada na proposta é uma "tentativa de amenizar injustiças históricas cometidas contra os portadores de deficiência, sempre vítimas de preconceito e discriminação. O parlamentar disse que, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os portadores de necessidades especiais representam 15% da população brasileira.

Pelo projeto (PLS 382/03), os portadores de deficiência ficarão isentos de taxa de inscrição e a entidade promotora do concurso público federal será obrigada a oferecer condições de acesso e instalações físicas compatíveis com as necessidades especiais dos inscritos.

Tourinho fez um apelo ao presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Edison Lobão (PFL-MA), para que designe logo o relator da matéria.

Correção

O senador Alvaro Dias (PR) é filiado ao PSDB e não ao PDT, conforme foi publicado na página 8 da edição de sexta-feira do *Jornal do Senado*.

Empréstimo para SP em exame na CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) examinará amanhã pedido da prefeitura de São Paulo para tomar um empréstimo de R\$ 493,8 milhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Os recursos destinam-se a concluir o Programa de Implantação do Sistema Integrado de Transporte Urbano de Passageiros, que busca diminuir o número de veículos em circulação, ao mesmo tempo em que reduz o tempo das viagens e aumenta a segurança de passageiros de transportes urbanos.

A comissão discutirá também projeto do senador Magno Malta (PL-ES), com parecer favorável do senador João Alberto Souza (PMDB-MA), que exige dos estados e municípios integração ao sistema nacional de informações de segurança para receberem verbas do Fundo Nacional de Segurança.



Roosevelt Pinheiro

Comissão também vota projeto relatado por João Alberto

CCJ aprova aumento de varas trabalhistas

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou projeto de lei da Câmara que cria 269 varas da Justiça do Trabalho no país. A matéria obteve parecer favorável da senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA). A instalação dessas varas seguirá cronograma próprio, estando prevista a criação de 24 unidades em 2004, uma para cada região da Justiça do Trabalho do país; 38 em 2005 e, nos três anos seguintes, cada Tribunal Regional do Trabalho irá instalar 69 unidades por ano em sua área territorial.

Ao defender a aprovação da matéria (PLC nº 63/2003), Ana Júlia destacou seu mérito em aperfeiçoar a luta contra o trabalho escravo no país, que considera prioritária no estado do Pará, líder em estatísticas dessa prática. Outra vantagem assinalada pela relatora refere-se à arrecadação de contribuições e tributos realizada pelas 1.109 varas do trabalho hoje existentes.

De acordo com a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, cada unidade tem, em média, um superávit mensal de R\$ 30 mil. Em relação a toda a Justiça do Trabalho, a arrecadação com custas e contribuições previdenciárias chegou a R\$ 747,4 milhões em 2001.

REFORMAS

Comissão de Justiça ouve hoje governadores sobre mudanças no sistema tributário. Representantes de empresários e trabalhadores apresentaram sugestões na sexta-feira

ANA JÚLIA



Espero que a retomada do crescimento possibilite a diminuição da carga tributária

TASSO JEREISSATI



Estou surpreso com o aumento de carga tributária implícito na proposta em discussão

JOSÉ AGRIPINO



Pretendo defender o contribuinte e garantir que não haverá aumento da carga tributária

JONAS PINHEIRO



É necessário corrigir algumas distorções, para que a área rural não seja prejudicada

GARIBALDI ALVES



Proponho uma alíquota única do ICMS, o que facilitaria a administração das empresas

MARCELO CRIVELLA



A reforma tem que beneficiar a construção civil e a agricultura, pois geram empregos

JOSÉ MARANHÃO



A política de concessão de incentivos fiscais para as regiões mais pobres é estigmatizada

ARTHUR VIRGÍLIO



Temo que o imposto sobre herança previsto na proposta gere a fuga de capitais do país

EDUARDO AZEREDO



Defendo maior aprofundamento na discussão do Imposto sobre Valor Agregado

EDISON LOBÃO



A Câmara discute a reforma há dez anos, enquanto o Senado tem apenas seis dias para isso

FERNANDO BEZERRA



Os últimos incentivos fiscais concedidos pelos estados devem ser profundamente revistos

Empresários dizem que atual proposta aumenta impostos

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) recebeu, na sexta-feira, em audiência pública, representantes dos empresários e da Força Sindical para discutir a reforma tributária. A audiência faz parte de uma série de encontros que a comissão está realizando para debater a proposta que já foi aprovada na Câmara dos Deputados. Hoje, a CCJ deve ouvir os governadores. Amanhã, será a vez de especialistas em questões fiscais.

Os seis representantes das entidades empresariais ouvidos durante a audiência foram unânimes em criticar a possibilidade de aumento da carga tributária previsto na PEC. A



DEBATE O presidente da Confederação Nacional da Agricultura, Antônio de Salvo (E), foi um dos ouvidos sexta-feira pela CCJ

maior preocupação é com as mudanças no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Para o presidente da Confe-

deração Nacional da Agricultura (CNA), Antônio de Salvo, as alterações nas alíquotas do tributo deverão elevar os custos dos insumos agropecuários,

que serão repassados aos preços. Os representantes dos empresários defenderam a adoção do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que substituiria o ICMS e outros dois tributos.

O secretário-geral da Força Sindical, João Carlos Gonçalves, disse que a reforma tributária deve priorizar a redução dos impostos sobre a cesta básica, energia elétrica e gás de cozinha como forma de beneficiar as famílias mais pobres. Ele sugeriu o aumento da taxa-ção sobre os imóveis.

Para o relator da PEC nº 74/2003, senador Romero Jucá (PMDB-RR), esses debates aumentam a responsabilidade do Senado na discussão do texto.

Contestada afirmação de Palocci

Os seis representantes das entidades empresariais criticaram o aumento da carga tributária que, a seu ver, resultará da proposta de reforma tributária, contestando afirmação feita pelo ministro da Fazenda, Antonio Palocci, em seu depoimento na CCJ.

O coordenador-geral da Ação Empresarial e presidente do grupo Gerdau, Jorge Gerdau Johannpeter, disse que, como está o texto aprovado pela Câmara dos Deputados, existe o risco de que a carga atual de 35,8% do Produto Interno Bruto (PIB) supere a marca dos 40% com a reforma tributária, se nada for feito pelo Senado Federal.

O presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Antônio de Salvo, apresentou projeções sobre o impacto das mudanças no setor, que revelam um aumento "extraordinário" da carga. Segundo ele, as mudanças no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e na Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) deverão levar a um acréscimo médio no custo dos

insumos agropecuários de 378%, que deverá ser repassado para os preços.

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), deputado Armando Monteiro (PTB-PE), situou nas mudanças do ICMS "a maior área de risco da proposta". Ele vocalizou as principais críticas e reivindicações dos empresários, endossadas pelos representantes da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Cid Heráclito; da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Cláudio Vaz; e pelo presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), Paulo Skaf. Entre elas, Monteiro destacou o pleito para que o

Senado não só defina as alíquotas do ICMS, como é sua atual competência, como também suas alterações.

Gerdau defendeu uma estrutura tributária com somente três impostos: o Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) e o Imposto de Renda, como adotado em países desenvolvidos a exemplo do Canadá.

Força Sindical sugere nova alíquota do IR



Gonçalves quer desonerar produtos básicos

O secretário-geral da Força Sindical, João Carlos Gonçalves, sugeriu a criação de uma nova alíquota máxima do Imposto de Renda para a Pessoa Física, superior aos atuais 27,5%, e o aumento da faixa de isenção.

Outras sugestões foram as de aumento das taxas sobre grandes propriedades por meio do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU) e do Imposto Territorial Rural (ITR), a desoneração dos produtos básicos, a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais e a desoneração da folha de pagamento das empresas, concentrando-se a tributação no faturamento.

Gonçalves disse que as famílias pobres chegam a gastar de 40% a 45% de sua renda com gêneros de primeira necessidade. A incidência de uma alíquota de 17% do ICMS sobre a cesta básica representaria até 25% do salário mínimo.

O presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Luiz Marinho, não compareceu à audiência, apesar de convidado.

REFORMAS

Projeto aprovado pela CCJ será lido dentro de dois dias. Depois, haverá prazo de cinco dias antes de a matéria ser incluída na ordem do dia, para discussão em primeiro turno

Carga tributária vai crescer, diz Bornhausen

O senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) disse que as exposições dos líderes empresariais, na sexta-feira passada, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) comprovaram que a carga tributária vai aumentar de forma insuportável com a proposta do governo. Bornhausen acrescentou que contabilizou um total de 13 casos claros de aumento da carga tributária, sendo que alguns pontos da proposta do governo, segundo ele, ferem inclusive acordos internacionais de tarifas.

O senador e presidente do PFL disse que o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, ao falar na CCJ na véspera, deixara claro o interesse apenas em arrecadação, embora tenha criti-

cado o governo anterior, a quem acusou de "fúria arrecadatória e desequilíbrio fiscal".

– Mas o ministro Palocci esqueceu-se da crise da Rússia, da crise da Argentina, da crise do Japão – disse.

Bornhausen perguntou ao presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Antônio de Salvo, o que seria mais conveniente: a manutenção das atuais 27 legislações estaduais sobre ICMS, ou a unificação que está sendo proposta pelo governo.

De Salvo respondeu que a proposta de unificação iria aumentar de forma dramática a alíquota e, sendo assim, seria preferível manterem-se as atuais 27 legislações, mesmo sendo um absurdo.



Para Bornhausen, o objetivo do governo é aumentar a arrecadação

Mercadante acredita que IVA será a solução

O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), disse que é preciso caminhar para a criação de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) que unifique o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e talvez até o Imposto sobre Serviços (ISS).

– A Europa, saída de duas grandes guerras conseguiu isso, e com a União Européia manteve o imposto agregado, apesar das diferentes culturas e visões. Por que não podemos conseguir a mesma coisa, simplificar o sistema, corrigir distorções, acabar com a guerra fiscal? – indagou Mercadante.

Ao interperlar os empresários que participaram da audiência, o líder do governo disse que não acreditava que Bill Gates (dono da Microsoft), os irmãos Rockefeller e outros milionários

fossem mais altruístas, generosos ou patriotas do que os milionários e empresários brasileiros.

– Por que só no Brasil é inviável um imposto sobre grandes fortunas, ou sobre grandes heranças? Por que quem tem muito não pode abrir mão de um pouco em favor de quem não tem nada, em um país de miseráveis como o nosso?



Mercadante defendeu a taxa sobre as grandes fortunas

O presidente da Associação Brasileira de Indústria Têxtil e de Confeção (Abit), Paulo Skaf, respondeu que as coisas no Brasil não são transparentes.

– Na proposta da Câmara dos Deputados, falou-se em IPVA sobre veículos aquáticos, e todos concordaram, achando que seriam taxados *jet-skis*, iates, etc. Depois, viu-se que iriam ser taxadas embarcações de transporte – afirmou o empresário.

Reforma da Previdência vai ao Plenário na quarta

Deverá ser lido na próxima quarta-feira, no Plenário, o parecer sobre a reforma da Previdência, aprovado na semana passada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Ele será, em seguida, publicado no *Diário Oficial do Senado* para conhecimento público, transcorrendo então um prazo de cinco dias antes do início de sua discussão, entre os dias 23 e 27 deste mês, conforme previsão inicial da Secretaria Geral da Mesa do Senado.

Serão cinco dias de discussão em Plenário, em primeiro turno, prazo em que os senadores deverão apresentar emendas, todas assinadas no mínimo por um terço dos 81 senadores. Por causa das emendas, a reforma voltará à CCJ, onde elas deverão ser votadas em até 30 dias (prazo que pode ser bastante reduzido se houver acordo partidário). A seguir, a reforma da Previdência voltará ao Plenário para a sua primeira votação.



RELATOR Tião Viana teve seu relatório aprovado pela CCJ na terça-feira da semana passada

O Regimento Interno do Senado dá chances a que partidos em minoria ou grupos de senadores contrários à matéria em discussão tentem mudar o conteúdo do projeto. Permite que os senadores tenham várias oportunidades de convencer seus colegas sobre a razão de seus pontos de vista.

Ao voltar da CCJ, os senadores descontentes por uma pos-

sível rejeição de suas emendas na comissão terão ainda chance de tentar aprovar suas emendas em Plenário, usando um recurso conhecido como "votação de destaques" – votação das emendas de forma separada. Primeiro, eles apresentam requerimento pedindo a votação em destaque. Se o requerimento for aprovado, faz-se a votação do conteúdo propriamente dito.

Os governistas acreditam que o encerramento das votações da reforma no Senado ocorrerá na primeira quinzena de novembro. Os opositores prevêem que o processo se estenderá até dezembro. Detalhe: o Plenário tem de votar duas vezes textos que mudam a Constituição, com prazo mínimo de cinco dias úteis entre elas. Para ser aprovada, uma alteração constitucional precisa receber votos favoráveis de 3/5 dos deputados e senadores – no caso, 49 dos 81 dos senadores.

Agripino defende tramitação conjunta

Por considerar uma "grande enganação" a Proposta de Emenda à Constituição nº 77/2003, apresentada na semana passada pelos senadores da base de apoio ao governo como forma de viabilizar a aprovação da PEC nº 67/2003, que reforma a Previdência, o líder do PFL, senador José Agripino (RN), anunciou que o partido apóia o requerimento apresentado pelo senador Demostenes Torres (PFL-GO) de tramitação

conjunta das duas propostas.

– Vamos nos insurgir contra essa PEC paralela, que não terá a chancela do PFL por ser ilegal, inusitada e desinteressante. O requerimento pretende que as propostas tenham tramitação concomitante, para que não haja espaço para desfaçatez e que tudo seja votado em uma PEC única. Vamos defender o interesse da sociedade – disse Agripino.

O líder do PFL condenou a

estratégia do governo para a aprovação da reforma no Senado. Segundo Agripino, o acordo que permitiu à CCJ votar o relatório antes do prazo regimental de 30 dias foi feito em troca de "concessões mínimas".

O senador alertou para o fato de o governo só ter conseguido votos, inclusive na sua base de apoio, com o argumento de que no Plenário encontraria "fórmulas palatáveis" para assuntos polêmicos.

Paim alerta para precedente perigoso

O vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), fez na sexta-feira um apelo ao líder do PT na Casa, Tião Viana (AC), para a imediata retirada da chamada "emenda paralela" à reforma da Previdência Social (PEC nº 77/2003). Segundo o senador, é preciso voltar ao bom debate, discutindo todos os pontos para se chegar a uma única proposta a ser votada.

– Não posso aceitar uma inovação de tramitação legislativa que pode se transformar num precedente perigoso. Aceitar

uma emenda, que modifica uma proposta que ainda não foi votada, representa uma situação esdrúxula que nenhum dos juristas que consultei considerou legítima ou sequer aceitável – disse Paim.

Ele afirmou entender que o governo tenha pressa em promulgar a reforma, mas isto, a seu ver, não pode resultar



Paim consultou juristas e concluiu que emenda paralela é "esdrúxula"

numa aberração legislativa que poderá, até, ser impugnada posteriormente pelo Supremo Tribunal Federal.

Para Paim, a única saída viável é a de seguir a tramitação normal da PEC nº 67/2003, debatendo todos os pontos até se chegar a um consenso ou a uma maioria.

Tebet destaca progresso de Mato Grosso do Sul

A passagem, no último sábado, do 26º aniversário de criação de Mato Grosso do Sul foi registrada pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS), que ressaltou o fato de, pela primeira vez, um presidente da República visitar o estado na data

da comemoração.

Tebet deveria acompanhar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva no ato de inauguração da ponte de Porto Alencastro, na divisa de Mato Grosso do Sul e Minas Gerais, e no lançamento de obras na cidade de Corumbá. O desenvolvimento do esta-

do, segundo o senador, provou estarem errados os que temiam que a divisão de Mato Grosso fosse ocasionar prejuízos para as novas unidades da Federação. Ele lembrou que o crescimento precisa sempre estar ligado ao maior patrimônio de Mato Grosso do Sul: a sua imen-

sa riqueza natural.

O senador Ramez Tebet pediu mais investimentos e obras de infra-estrutura no estado. O senador defendeu a construção da terceira pista da BR-163, no trecho Campo Grande-Cuiabá, e na BR-262, entre Três Lagoas e Corumbá.



Waldemir Rodrigues

ÊXITO Para Tebet, ficou provado que estavam errados os que temiam divisão de MT

Lúcia Vânia cobra ações contra exploração sexual

Senadora solicita informações, em nome da CAS, sobre medidas adotadas por ministérios

José Cruz



INDECISÃO Lúcia Vânia diz que está cansada de aguardar providências

Ao justificar o envio de pedidos de informações a seis ministérios, em nome da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), sobre as medidas adotadas para coibir a exploração sexual de crianças e adolescentes no país, a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) disse estar "cansada de aguardar" uma ação firme do governo federal destinada a combater aquela prática.

— Há um mês cobrei do governo as ações prometidas em fevereiro pelo ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos. Passados sete meses, o projeto anunciado para banir em dois anos a violência e a exploração sexual contra menores conti-

nua no discurso — informou a presidente da comissão.

Segundo Lúcia Vânia, apenas duas iniciativas foram implementadas até agora: uma pelo Ministério da Educação e outra pela Petrobras. Os requerimentos de informações são dirigidos aos ministros Cristovam

Buarque, da Educação; Jaques Wagner, do Trabalho e Emprego; Benedita da Silva, da Assistência Social; Gilberto Gil, da Cultura; Walfrido Mares Guia, do Turismo; e Márcio Thomaz Bastos.

A senadora quer tomar conhecimento oficialmente das propostas apresentadas na reunião do dia 11 de fevereiro em cada um dos ministérios; o montante de recursos destinados para sua execução e o prazo em que começarão a ser executadas. Pela Constituição federal, os ministros têm o prazo de 30 dias para remeter as informações solicitadas pela representante goiana.

— É preciso que as iniciativas elencadas saiam do papel o quanto antes, caso o ministro da Justiça queira realmente erradicar a violência contra menores no país — afirmou.

José Jorge defende incentivo à formação de professores

A adoção de medidas para incentivar a formação profissional no magistério foi defendida pelo senador José Jorge (PFL-PE). Ele afirmou que a carência de professores é grave em todo o país e que esse quadro vem piorando com a perspectiva de aprovação, pelo Congresso, da reforma previdenciária, que estaria levando muitos professores a uma corrida sem precedentes rumo à aposentadoria.



O senador citou cálculos do Ministério da Educação segundo os quais não há professores para preencher as quase 300 mil vagas existentes nas turmas de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental, sendo que a maioria dessas vagas são para as cadeiras de Português e Matemática. De acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), mencionados por José Jorge, o caso mais grave é o da Física: só para essa disciplina seriam necessários hoje 60 mil professores.

Azeredo saúda inauguração de ponte

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) enalteceu a inauguração, no último sábado, da ponte de Porto Alencastro, sobre o Rio Paranaíba, ligando os estados de Minas Gerais e Mato Grosso do Sul. Azeredo observou que a obra, iniciada quando ainda era governador de Minas, é de fundamental importância para a economia dos dois estados, já que servirá também para o escoamento de toda a produção regional.

Heráclito quer gasoduto no Piauí

Em discurso no Plenário, o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) pediu ao governo federal que garanta a extensão ao Piauí e ao Maranhão do gasoduto que leva gás ao Nordeste. Sem o gasoduto, já presente nos estados vizinhos, advertiu o senador, o Piauí corre o risco de "perder as poucas indústrias que possui, como as do pólo cerâmico". Na opinião de Heráclito, a medida deverá contribuir para a redução das desigualdades regionais.

Mozarildo pede apoio para a infância

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) homenageou as crianças pela comemoração, no domingo, da data a elas dedicada, e alertou para a situação difícil que enfrentam nos países em desenvolvimento. Ele citou dados de relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) segundo os quais 250 milhões de crianças vivem nas ruas de todo o mundo, metade delas nos países da América Latina.

Na opinião do senador, esse quadro não vai mudar caso não haja um esforço maciço dos países ricos para investir em programas voltados para a infância. "Infelizmente, os países do G-7 parecem viver numa bolha artificial, indiferentes ao que ocorre no resto do mundo", observou.

Waldemir Rodrigues



ABANDONO Mozarildo lembra que, no mundo, 250 milhões de crianças vivem nas ruas

Mozarildo Cavalcanti afirmou que as nações em desenvolvimento já estão fartas dos diagnósticos e conselhos dos países ricos. Segundo o sena-

dor, "o que nos interessa é receber ajuda concreta para formar cidadãos do futuro".

O parlamentar lembrou que os jovens são a chave para o crescimento e a estabilidade internacional e advertiu que a pobreza e um frágil sistema de saúde ameaçam seu futuro nos países em desenvolvimento. Segundo Mozarildo, somente as ações dos governos desses países e de organizações não-governamentais nunca serão suficientes.

Médicos

Mozarildo Cavalcanti também anunciou que na sessão do Senado da próxima sexta-feira será realizada uma homenagem aos médicos, pelo transcurso da data comemorativa da categoria, que ocorre no dia 18 de outubro.

Simon fala a estudantes sobre papel da política

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) proferiu palestra, na última quarta-feira, sobre política e democracia para estudantes do Colégio Progresso, de Campinas (SP), que lotaram uma das salas da Ala das Comissões do Senado para ouvir e fazer perguntas ao parlamentar.



Waldemir Rodrigues

Simon disse aos cerca de 70 estudantes que julgava importante a atuação política, desde cedo, dentro das organizações estudantis. "É uma questão de cidadania e importante para o desenvolvimento político do país, para que mais tarde possam escolher bem seus representantes", afirmou.

Eurípedes pede estímulo a mestre-de-obras

O senador Eurípedes Camargo (PT-DF) voltou a defender na sexta-feira a aprovação do projeto de sua autoria que regulamenta a profissão de mestre-



Eurípedes quer regulamentar duas profissões

de-obras e encarregado de obras. Segundo o senador, sua proposta (PLS nº 18/2003) será tema de debate no 6º congresso da categoria, que será realizado no fim de outubro, em Belo Horizonte.

Eurípedes explicou que, até o momento, a ocupação é vista como um ofício, mas o reconhecimento da profissão é importante para elevar a auto-estima desses trabalhadores, "que sempre tiveram grandes contribuições a prestar à riqueza do país".

— É essencial que essa categoria tenha a possibilidade de ser vista como uma profissão — afirmou o senador.

Alvaro propõe liberação de estrada no PR

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) apelou aos governos federal e estadual do Paraná e também às lideranças ambientalistas para que busquem um entendimento em torno da liberação do tráfego na Estrada do Colono. Segundo contou, a estrada está proibida pela Justiça há 13 anos por causa de manifesta-



Alvaro culpa o radicalismo dos ambientalistas

ções contrárias de ambientalistas, o que, frisou, tem atrasado o progresso do oeste e do sudoeste do estado.

— A população continua impedida de trafegar pela estrada, parada por culpa de radicalismos daqueles que não entendem a necessidade de compatibilização entre o progresso e a preservação — criticou.

Mão Santa prega punição para ministro do Supremo

Senador lê da tribuna artigo de Brizola sobre confissões de Jobim em relação à Constituinte de 88

Por meio da leitura de artigo do presidente nacional do PDT, Leonel Brizola, o senador Mão Santa (PMDB-PI) alertou na sexta-feira, em Plenário, para a gravidade da revelação do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Nelson Jobim de que, com a sua concordância (*quando parlamentar*), alguns artigos teriam sido incluídos na Constituição de 1988 sem terem sido votados pelos constituintes.

— A revelação deixa o ministro em posição ética e jurídica delicada, para não dizer insustentável. Como pode alguém



MAU EXEMPLO Mão Santa acredita que gesto de Jobim pode estimular outras fraudes

que, deliberada e conscientemente, violou, no nascedouro, a Carta Magna, ser agora aquele que vai julgar as questões constitucionais? — disse o senador, lendo artigo de Brizola.

De acordo com o texto, em um país sério Jobim teria que apresentar sua renúncia e pe-

dir desculpas à consciência jurídica nacional.

— Mas o ministro Jobim ainda se julga no direito de pavonear-se, quase que afirmando que é graças à burla da qual participou que a Constituição aperfeiçoou-se. Se instituições políticas e jurídicas deste país aceitarem que isso fique sem conseqüências, então estarão estimuladas as práticas de todo tipo de fraude — declarou Mão Santa, ao destacar a importância de Leonel Brizola no cenário político nacional.

O senador considerou oportuna a opinião de Brizola, tendo em vista a discussão acerca da proposta de emenda à Constituição (PEC) que reforma a Previdência Social. Para Mão Santa, a mudança na Constituição não pode ser feita com pressa, sob pena de a legislação aprovada não ter qualidade.

Para Suplicy, ONU só deseja colaborar

A proposta de envio, pela Organização das Nações Unidas (ONU), de uma equipe para inspecionar o Poder Judiciário do país deve ser vista, segundo o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), como um gesto de cooperação com o Brasil. Em discurso na sexta-feira, ele observou que a recomendação — feita pela relatora especial da Comissão de Direitos Humanos para Execu-



Suplicy: Judiciário não pode temer a missão da ONU

ções Extrajudiciais da ONU, Asma Jahangir — não pode ser interpretada de forma negativa, mas como uma contribuição no sentido de ajudar a acabar com a tortura, a superlotação nos presídios e os grupos de extermínio.

— O Judiciário não pode temer as observações de Asma Jahangir, já que a ONU, por meio dela, cha-

ma atenção apenas para problemas ligados à área de sua atuação e que existem no país — salientou Suplicy, que citou o jurista Dalmo Dallari, para quem as observações foram no intuito de tentar corrigir problemas crônicos, para que os abusos não se perpetuem.

Os senadores Ramez Tebet (PMDB-MS), Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) apartearam o discurso para discordar da possível vinda da missão da ONU ao Brasil.

Renan condena emenda ao Estatuto do Desarmamento

O líder do PMDB, senador Renan Calheiros (AL), protestou na sexta-feira, durante reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), contra a decisão do relator do Estatuto do Desarmamento na Câmara, deputado Luiz Eduardo Greenthalgh (PT-SP), de permitir o pagamento de fiança para portador de arma de fogo.

O texto do Senado considera inafiançável o porte ilegal dessas armas e a mudança prevê que, caso al-

guém seja flagrado portando arma e não tiver o porte mas sim a posse, ou seja, permissão para tê-la em casa, o crime poderá ser objeto de pagamento de fiança.

O senador, relator do projeto no Senado, disse que discordava também do encaminhamento que pretende dar o presidente da Câmara, deputado João Paulo Cunha, à matéria. Segundo Renan, o deputado procurou o ministro da Casa Civil, José Dirceu, recomendando que o



MUDANÇA Permitir fiança para porte ilegal de arma é um erro, argumenta Renan Calheiros

governo encaminhasse uma nova mensagem sobre o tema. O senador afirmou que tanto José Dirceu quanto o presidente do Senado, José Sarney, e também os partidos políticos, rejeitam a idéia.

Virgílio critica "factóides" do governo

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), voltou a denunciar o que classificou como tentativa do Palácio do Planalto de manipular a opinião pública, transmitindo a imagem de que o presidente Lula estaria governando bem o país e que, como estadista, chegaria a encantar o mundo por suas ações, principalmente as voltadas para combater a fome e a miséria.

— A última grande farsa encenada pelos marqueteiros palacianos foi a de que o presidente Lula estaria sendo cotado para ser agraciado com o Prêmio Nobel da Paz — afirmou o senador, para quem "a criação de factóides" começa a constar os brasileiros e pode fazer com que o presidente perca a credibilidade.



Virgílio teme que Lula perca a credibilidade

Lando defende união em torno do presidente

O líder do governo no Congresso, senador Amir Lando (PMDB-RO), pregou na sexta-feira a unidade nacional em torno do presidente Lula, para que ele possa transformar em realidade os seus projetos e promover a justiça social. Segundo o senador, Lula quer um Brasil para todos, "onde cada cidadão passe a ter orgulho de ser brasileiro".

— O momento exige desarmamento de espírito — alertou Lando, para quem é necessário esquecer "o ódio e as diferenças", a fim de que o governo possa, conforme frisou, iniciar as transformações desejadas, a começar pelo desenvolvimento sustentável com justiça social.



Amir Lando pede desarmamento dos espíritos

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida pelos senadores Paulo Paim, Mozarildo Cavalcanti, Mão Santa e Alvaro Dias

Comissões agem na defesa dos direitos

Várias comissões, permanentes e transitórias, atuam em defesa da criança e do adolescente no Senado e na Câmara. A Subcomissão Temporária da Criança, do Adolescente e da Juventude, presidida pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), tem realizado audiências públicas para discutir novos mecanismos de amparo e proteção aos cidadãos mais jovens, as ações do governo na área e os projetos em tramitação que tratam do assunto.

Reunindo senadores e deputados estão a Frente Parlamentar de Defesa da Criança e do Adolescente e a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) contra a exploração sexual, tendo à frente dos trabalhos a senadora Patrícia Saboya (PPS-CE) e a deputada federal Maria do Rô-sário (PT-RS).

A CPI mista foi criada este ano com o objetivo de investigar as redes de exploração sexual no Brasil e já recebeu mais de 300 denúncias e realizou diligências em 13 cidades brasileiras. Composta por 22 senadores e 111 deputados, a frente luta contra a redução da maioria penal, de 18 para 16 anos, e a favor do aumento das verbas para os fundos da infância e da adolescência.

Para enviar denúncias, sugestões ou pedir informações, utilize o serviço *A Voz do Cidadão* - 0800 612211.



MÉRITO Estatuto da Criança e do Adolescente, em vigor há 13 anos, amplia direitos do brasileiro

CIDADANIA ESPECIAL

Ano I - Nº 5 - Jornal do Senado - Brasília, segunda-feira, 13 de outubro de 2003

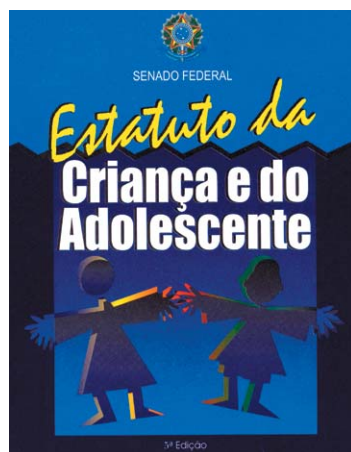
Mais proteção para 64,8 milhões de brasileiros

Para cerca de 64,8 milhões de brasileiros, o Estatuto da Criança e do Adolescente é seu principal instrumento de cidadania. É como ficou conhecida a Lei nº 8.069, sancionada em 13 de julho de 1990, obedecendo ao artigo 227 da Constituição e a Convenção dos Direitos da Criança e do Adolescente da Organização das Nações Unidas (ONU), adotada pelo Brasil em 1989.

Sua principal inovação foi garantir proteção integral aos menores de 18 anos, tratando-os como cidadãos com direitos e deveres, e dividir as responsabilidades entre a família, o

Estado e a sociedade.

Apesar de já ter 13 anos, o Estatuto ainda é pouco conhecido e obedecido. A prova é que



apenas 55% dos municípios brasileiros implantaram o Conselho Tutelar, órgão fundamental na assistência aos direitos dos meninos e meninas e seus familiares.

Nesta quinta edição do **Especial Cidadania**, detalhamos os principais pontos do estatuto, relacionamos os órgãos de defesa e promoção da infância e da juventude, assim como os endereços de instituições que trabalham em prol dos jovens brasileiros.

Como toda lei, ela precisa ser conhecida e praticada, para que toda a sociedade se beneficie. Recorte e divulgue!

Os principais pontos do estatuto

> Distingue a criança (0 a 12 anos incompletos) do adolescente (12 a 18 anos).

> Tipifica o crime de abandono material - deixar de garantir o sustento dos filhos menores de 18 anos ou inaptos para o trabalho. Se os pais não têm condições de atender às necessidades dos filhos, a lei determina a inscrição obrigatória da família em um programa de auxílio, seja do poder público ou da sociedade civil organizada.

> Agrega o direito à cultura, ao esporte e ao lazer, como fundamentais ao desenvolvimento socioeducacional de crianças e adolescentes.

> Estabelece tipos penais aos atos praticados contra crianças e adolescentes, por ação ou omissão, e determina medidas específicas aplicáveis a pais ou responsáveis na hipótese de maus-tratos, opressão ou abuso sexual.

> Quando a criança ou o adolescente comete crime, delito ou roubo, estabelece a aplicação de medidas socioeducativas. Se criança, deve receber orientação e acompanhamento. Ao adolescente, as medidas vão desde a advertência até a internação. A lei permite a intervenção da polícia e da Justiça em situações em que ocorre a infração. Mas é proibida a privação de liberdade ao adolescente sem o devido processo legal.

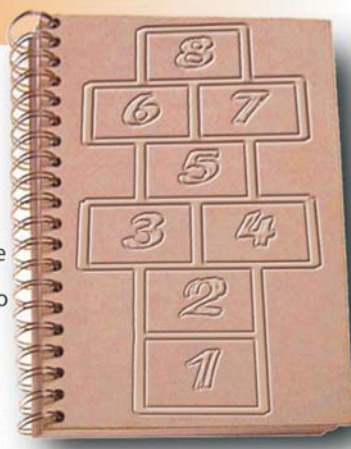
> Proíbe qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, aos maiores de 14 anos. É vedado o trabalho noturno.

> Determina a obrigatoriedade de pais e responsáveis matriculem os filhos na escola, acompanhando a frequência e o aproveitamento escolar. Preconiza a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e o direito de os menores serem respeitados pelos educadores em seus valores culturais, artísticos e históricos.

> Atribui ao adotado os mesmos direitos e deveres dos filhos naturais. Também determina medidas mais rígidas para a adoção. Maiores de 21 anos, independente de seu estado civil, tornam-se aptos a adotar, desde que o adotante tenha 16 anos a mais que o adotado. O processo de adoção é gratuito e irreversível.

> Garante direito à certidão de nascimento e de óbito a todas as crianças.

> Garante à gestante as condições necessárias para que a criança tenha nascimento e desenvolvimento saudáveis, com atendimento médico e apoio alimentar. É obrigatória a vacinação das crianças em casos recomendados pelas autoridades sanitárias.



Quem pode e deve atuar pela infância e pela adolescência

Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda). Formado por representantes do governo e da sociedade, é responsável pela formulação de políticas públicas e pela decisão sobre a aplicação de recursos destinados ao cumprimento do estatuto. É presidido pelo secretário Especial dos Direitos Humanos, Nilmário Miranda.

Conselhos estaduais e municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente. Reúnem representantes do governo e da sociedade. Devem garantir a promoção e defesa dos direitos da população infanto-juvenil no estado e no município. No site do Conanda (www.presidencia.gov.br/sedh) podem-se obter os endereços dos Conselhos nos Estados.

Conselho Tutelar. Atua no município (ou em regiões, em caso de cidades muito grandes). É formado por cinco conselheiros eleitos pela comunidade, com mandato de três anos. Denúncias de maus-tratos, exploração ou mesmo falta de vagas em escolas, entre outras, devem ser encaminhadas ao Conselho Tutelar e podem ser feitas anonimamente. Caso não exista um Conselho Tutelar na sua cidade, as denúncias devem ser encaminhadas à **Vara de Infância e Juventude do Fórum municipal**. É possível obter informações sobre os Conselhos Tutelares pelo telefone **0800 99 0500**.

Juiz da Infância e da Juventude. É um juiz de Direito que julga os atos infracionais praticados por adolescentes, decide sobre pedidos de adoção, guarda, e autoriza crianças a viajar desacompanhadas, entre outras atividades. O ECA também autoriza os estados a criarem a **Vara da Infância e da Juventude**, que será presidida por juízes especializados, em conjunto com uma equipe multidisciplinar, para atendimento público. Cabe à vara acompanhar as medidas de proteção, orientar e supervisionar a família e acompanhar as ações socioeducativas, em conjunto com o Conselho Tutelar.

Promotor de Justiça (Ministério Público Estadual). É quem zela pelo efetivo respeito aos direitos das crianças e adolescentes. Entre suas atribuições, está a de instaurar sindicâncias e requisitar diligências para apurar infrações às normas do ECA. O acesso à Justiça também pode ser feito por meio do **defensor público**. No caso do adolescente acusado, o Estado deve colocar à sua disposição um advogado que o defenda.

Endereços úteis

Denuncie o trabalho infantil
Tel. (61) 225-8983 ou (61) 315-1804 ou junto ao **Ministério Público do Trabalho**, pelo site www.mpt.gov.br/trab_inf/

Denuncie Exploração Sexual
0800 99 0500

Rede Nacional de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos
Registre o caso no seguinte endereço: www2.mj.gov.br/desaparecidos/

Pastoral da Criança
Tel. (41) 336-0655 ou 336-0250
www.pastoraldacrianca.org.br

Unicef: Tel. (61) 3035-1966
www.unicef.org.br

Unesco: Tel. (61)321-3525
www.unesco.org.br

Associação de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e da Juventude (ABMP)
Tel. (62) 214-1385
www.abmp.org.br

Fundação Abrinq
Tel. (11) 3081-0699
www.fundabrinq.org.br

Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua
Tel. (61) 347-1162
www.mnmr.org.br

Agência de Notícias dos Direitos da Infância - ANDI
Tel. (61) 322-6508
www.andi.org.br

Centro de Referência e Estudos Sobre Crianças e Adolescentes
Tel. (61) 274-66.32
www.cecria.org.br